

**NuevaMayoria.com**

El portal sociopolítico de Iberoamérica

## Retomada da agenda legislativa

Sep-20-04 - por Murillo de Aragón



Conforme esperávamos, o resultado do esforço concentrado foi frustrante. Na Câmara, nada foi aprovado. No Senado, foram votadas uma medida provisória, a Lei de Informática e o projeto de lei do Executivo que garante aos aposentados e pensionistas que pertencem ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) o direito de contrair empréstimos hancários a serem descontados na respectiva folha de pagamento, a exemplo do que já ocorre com os empregados com carteira assinada.

Na Câmara, continuam pendentes a lei de falências e o projeto das agências reguladoras. No Senado, estão na fila a Lei de Biossegurança e a Parceria Público-Privada.

O governo pretende retomar as votações já no mês de outubro, logo após o primeiro turno das eleições municipais. Os prognósticos de votação em outubro também não são positivos. No caso da Câmara, até o final de setembro, haverá 15 medidas provisórias trancando a pauta. Em outubro, outras sete.

Além do excesso de medidas provisórias, estaremos entre o primeiro e o segundo turno das eleições municipais. Ainda que haja segundo turno em apenas 35 municípios, serão disputas importantes, como em São Paulo, que mobilizará um bom número de parlamentares. Ou seja, a exemplo da semana passada, a falta de quorum continuará sendo um problema para o governo.

No caso do Senado, em outubro pode ser aprovada a Lei de Biossegurança. Com relação ao PPP, as perspectivas de votação são para depois das eleições, ou seja, em novembro.

**Popularidade do Presidente e suas consequências**

Os resultados da pesquisa CNI/Ibope divulgados na sexta-feira passada mostraram melhora na avaliação do governo e do presidente. A primeira consequência desse fato é o reforço do prestígio da equipe econômica junto ao Palácio do Planalto. Afinal, foi por causa dos bons resultados na economia que os índices melhoraram em relação à última pesquisa. Com prestígio reforçado junto ao presidente, a pretensão de Palocci em aumentar a meta do superávit primário para 2005 ganha fôlego. Ao contrário da recomendação do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, haverá mais pressão para que o presidente Lula "se meta" mais nas eleições municipais, especialmente nos municípios mais importantes, como ele fez na semana passada em São Paulo, por exemplo.

**Agenda legislativa, reeleição no Congresso e MPs**

A liderança do governo na Câmara está comprometida com a aprovação da emenda da reeleição. Portanto, o tema poderá voltar à cena logo após as eleições municipais sujeito a enfrentar os seguintes obstáculos: falta de acordo político, falta de tempo e problemas processuais.

Na Câmara, há uma aceitação muito maior do que no Senado. Entretanto, o excesso de medidas provisórias pode comprometer o cronograma de votação da emenda. Até o final de setembro, serão 15 medidas provisórias trancando a pauta. Em outubro, outras sete passam a bloquear a pauta.

Por parte da oposição haverá uma forte estratégia obstrucionista de votação das MPs para que a emenda não seja votada. Não há uma razão específica para tanto, apenas o grande interesse do governo, o suficiente para que seus adversários se agrupem do lado aposto.

Na medida em que as MPs forem sendo votadas na Câmara e encaminhadas ao Senado, lá encontrarão o principal adversário da emenda da reeleição: o líder do PMDB, Renan Calheiros, interessado em ocupar a cadeira do senador José Sarney. Dificilmente Renan encaminhará de forma ágil a aprovação dessas medidas.

Tudo isso significa desgaste político e perda de tempo. E tempo é o que Calheiros pretende ganhar. Para ele, quanto mais tempo passa, mais a emenda da reeleição fica comprometida.

Há quem acredite que sua votação ocorra até mesmo numa convocação extraordinária. Porém, hoje, as perspectivas não são muito positivas para tal condução do problema.

Em resumo: além da emenda da reeleição, o excesso de medidas provisórias pode comprometer o calendário de tramitação de projetos importantes, como a Lei de Falências, Agências Reguladoras e a Parceria Público Privada.

**Reforma da Previdência**

Até agora o governo não regulamentou a Reforma da Previdência no tocante aos fundos de previdência complementar dos servidores públicos. No ano passado, o então ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, afirmou e que no dia seguinte à promulgação da emenda a regulamentação seria enviada ao Congresso. Berzoini assumiu no ministério do Trabalho e para

seu lugar foi nomeado o senador Amíl Lando (PMDB). Lando parece não ter o mesmo empenho que seu antecessor.

### **A agenda legislativa e a oposição na Câmara**

Não há na oposição resistência à Lei de Falências. O atraso deve-se ao excesso de medidas provisórias e pequenas divergências entre o relator, deputado Olvaldo Biolchi (PMDB-RS), e o ministério da Fazenda. A liderança do governo na Câmara está confiante que conseguirá manter o texto que veio do Senado. Assim, as chances de aprovação da lei ainda neste ano são altas. Mas em virtude do excesso de MPs em pauta, pode ficar para novembro ou dezembro.

Com relação ao PPP, a dificuldade é aprovar o texto antes das eleições municipais. Os opositoristas da Câmara reconhecem que a oposição no Senado foi mais bem assessorada e poderão até concordar com a versão aprovada pelos senadores. O que significa que há o risco de a votação ser mais tumultuada do que a Lei de Falências.

No caso das Agências Reguladoras as divergências são imensas. A oposição não tem a menor boa vontade para com o projeto. Dos temas prioritários do governo, será o que mais encontrará resistência.

### **ACM e o PFL**

As divergências no PFL chegaram a um grau crítico na semana passada. Há quem considere a saída do senador Antonio Carlos Magalhães muito provável. Se ele não sair, há figuras importantes que manifestaram intenção de fazê-lo. A criação de uma nova legenda por ACM é improvável. Seu destino, acreditam alguns pefelistas, seria o PP.

O partido reconhece que sofrerá perdas. Porém, admite que poderá ganhar eleitoralmente. Isso porque existe a convicção de que muitos eleitores resistem em votar no partido por conta da presença de ACM na sigla. Há quem minimize inclusive a perda de parlamentares na bancada, pois outros que não se filiam ao partido por causa da presença do cacique baiano.

### **Aliança entre ACM e o governo**

Há no PFL uma profunda indignação com o governo. Por essa razão, o partido pretende adotar uma posição ainda mais dura em relação ao Palácio. O sentimento predominante é o de que o objetivo do governo em promover o jantar com ACM não foi aproximar-se da oposição, mas dividi-la e trazer definitivamente parte dela para a base.

Para ACM, a aproximação com Lula pode significar uma compensação política. Se seu candidato perder a eleição em Salvador, a velha raposa manteria seu prestígio pela proximidade com o poder.

### **Reforma Política**

As eleições municipais estão criando um clima favorável à reforma política. Especialmente com relação a três temas: financiamento público de campanha, lista fechada e fim das coligações proporcionais. Partidos pequenos e médios que eram contrários a esses temas, a serem discutidos no Congresso de forma mais consistente a partir do próximo ano, estão ficando menos resistentes às mudanças.

### **A agenda internacional da semana**

Três fatos significativos na agenda internacional brasileira esta semana: a viagem do presidente Lula a Nova Iorque, a vinda de Peter Algeier ao Brasil e a continuação das negociações Mercosul-União Européia.

O presidente Lula desembarca hoje em Nova Iorque, onde participa, na próxima terça-feira (21), da abertura do debate geral da 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Na segunda-feira (20), o presidente participa da Cúpula de Líderes Mundiais para a ação contra a Fome e a Pobreza. A iniciativa brasileira, que reunirá mais de 50 chefes de Estado e governo na sede das Nações Unidas, embora dificilmente venha a resultar em ações imediatas concretas, deve ser percebida no quadro da consolidação de uma linha mais ativa de política externa, que visa a consolidar o país, e o presidente Lula, como principal expoente internacional das causas sociais. Também na linha de um engajamento mais ativo no cenário internacional, a agenda presidencial nos três dias de visita a Nova Iorque inclui encontros com representantes de vários países, como Japão, Índia, Alemanha, China e da União Européia, para citar apenas alguns.

Ainda esta semana, no dia 20/9, desembarca no Brasil o co-presidente norte-americano da Alca, Peter Algeier. Embora venha disposto a tentar destravar as negociações hemisféricas para a formação de uma área de livre comércio continental, é pouco provável que surjam, da visita de Algeier, resultados concretos. Além do distanciamento das posições que tem predominado nas conversações com os Estados Unidos, a complexidade dos temas – que vão de acesso a mercados, em especial agrícolas, a patentes – e a própria posição de Algeier, dependente do resultado eleitoral norte-americano, tendem a minorar o impacto desta iniciativa sobre o futuro das negociações sobre a formação da Alca.

Finalmente, a semana, provavelmente na quinta ou sexta-feira, presenciará a troca de ofertas entre Mercosul e União Européia em um esforço concentrado para concretizar um acordo birregional até outubro próximo. Apesar do crescente tom de otimismo que voltou a prevalecer a partir do encontro do comissário europeu para o comércio, Pascal Lamy, e os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) e Roberto Rodrigues (Agricultura) em Brasília no último domingo, ainda há vários senões para que um acordo possa ser efetivado.

A qualidade da oferta a ser apresentada, a oxigüidade do tempo para as negociações, a legitimidade de Lamy na condução do processo pelos europeus (vale lembrar que seu mandato expira no final de outubro) e a ponderação de que melhores resultados de longo prazo podem ser conseguidos a partir do término da Rodada de Doha na OMC são todos elementos que podem contribuir para que fique mesmo para o futuro o desfecho do acordo com os europeus. A favor do acordo, a disposição política que parece marcar este derradeiro esforço de aproximação até outubro e o potencial impacto de um acordo Mercosul-União Européia sobre as demais negociações bilaterais do bloco sul-americano, bem como sobre a própria consolidação do bloco, podem contribuir para fazer avançar a aproximação birregional. Resta aguardar os desdobramentos nos próximos dias.

COPYRIGHT 2000-2004 © NuevaMayoria.com  
Todos los derechos reservados.